



## O problema do poder: política e fé em tempos de ditadura no Brasil (1968-1972)

*The problem of power: politics and faith in times of dictatorship in Brazil (1968-1972)*

---

**Adauto Guedes Neto**

<https://orcid.org/0000-0001-6579-3388>;

Professor Adjunto de História da Universidade de Pernambuco - UPE, campus Petrolina. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. É vice-líder do NUNTEMPA (UPE/CNPq), e pesquisa o contexto Ditadura Militar e Igreja Católica.

Lattes: <https://orcid.org/0000-0001-6579-3388>

E-mail: adauto.guedes@upe.br

## Resumo

No trabalho em tela analisamos o posicionamento e atuação de setores do catolicismo críticos ao conservadorismo interno da Igreja no período da ditadura militar brasileira, especialmente entre 1968 e 1972, a partir do que se convencionou denominar o documento Comblin. Destacamos as nuances de um estudo realizado pelo padre belga Joseph Comblin, tendo como referência o documento base para a II Conferência Episcopal Latino-americana, realizada em Medellín no final dos anos 1960. A divulgação de tal análise resultaram nas perseguições que culminaram com a proibição de permanência do sacerdote no Brasil. Com a criação da Lei de acesso à informação e aumento da possibilidade do contato com os acervos do período repressivo, tais como: dossiês e prontuários, produzidos pelos Centros de Informações da ditadura, destacamos também o olhar vigilante da espionagem dos órgãos da ditadura contra o clero e leigos católicos.

## Palavras-chave

História do Tempo Presente. Ditadura Militar. Igreja Católica.

## The problem of power: politics and faith in times of dictatorship in Brazil (1968-1972)

## Abstract

In this work, we analyze the position and performance of sectors of Catholicism, critical of the internal conservatism of the church in the period of the Brazilian military dictatorship, especially between 1968 and 1972, based on what is conventionally called the Comblin document. We highlight the nuances of a study carried out by the Belgian priest Joseph Comblin, having as a reference the basic document for the II Latin American Episcopal Conference, held in Medellín in the late 1960s. The dissemination of such an analysis resulted in the persecutions that culminated in the prohibition of the priest's stay in Brazil. With the creation of the Law of Access to Information and the increase in the possibility of contact with the collections of the repressive period, such as: dossiers and medical records, produced by the Information Centers of the dictatorship, we also highlight the vigilant eye of the espionage of the organs of the dictatorship against the Catholic clergy and laity. Resumo com parágrafo justificado, espaçamento simples, fonte Time New Roman, fonte 12, com no máximo 970 caracteres (incluído espaços) e três palavras-chave. Deve ser redigido em linguagem clara e apresentado em dois idiomas (original do artigo acrescido de uma segunda língua).

## Keywords

History of the Present Time. Military Dictatorship. Catholic Church.



## 1. Introdução

O golpe militar de 1964 no Brasil foi a culminância de um projeto que teve a participação da elite empresarial brasileira em comunhão com diferentes segmentos da sociedade civil e apoio estrangeiro, conforme afirmam (DREIFUSS, 1981) e (FICO, 2008). Muito embora tenha se convencionado denominar 1964 como uma ação revolucionária do Exército brasileiro contra o perigo comunista, não partimos de tal pressuposto, uma vez que, concordamos com grande parte da historiografia e pesquisas que apontam o momento como um golpe civil-militar e que desde o primeiro momento perseguiu e assassinou discordantes.

No amplo recorte da ditadura brasileira, qual seja: 1964-1985, por questões metodológicas utilizaremos como recorte temporal o período de 1968 a 1972, especialmente no que concerne aos embates entre segmentos do clero católico – os denominados progressistas e representantes da ditadura militar. A partir de 1968, inclusive, a Igreja Católica começou a vivenciar com mais vigor a violência da ditadura brasileira com a instauração do Ato Institucional nº 5, mas principalmente pelo aumento às perseguições contra o clero e leigos católicos. É bastante conhecido devido sua repercussão a tortura e assassinato em Recife do padre Antônio Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife na época.

Porém, outro fato ocorrido no ano de 1968, será o objeto da nossa análise. Em junho de 1968 foi divulgado para a imprensa um estudo organizado pelo padre José Comblin<sup>1</sup> a pedido de Dom Helder Pessoa Camara, sobre o documento base para a II Conferência Episcopal Latino-americana que, ocorreu entre agosto e setembro de 1968 em Medellín, Colômbia.

A divulgação na imprensa da análise elaborada pelo padre José Comblin, recebeu ataques públicos de setores conservadores da sociedade, da Igreja Católica e de políticos alinhados com a ditadura. Por esse motivo, o padre Comblin passou a ser alvo de perseguições e de vigilância permanente dos órgãos de informação e repressão do estado ditatorial brasileiro.

Teólogo belga de vasta produção intelectual, o mesmo chegou ao Brasil em 1958 e depois de alguns anos em São Paulo e Santiago, onde lecionava na Universidade Católica do Chile, retornou ao Brasil em 1965 para ser diretor e professor do Curso de Teologia no Instituto de Teologia do Recife

<sup>1</sup> Seu nome de batismo é Joseph Julles Comblin, mas utilizaremos ao longo deste artigo o nome José, como era conhecido e chamado no Brasil.



– ITER, a convite de Dom Helder. Bastante requisitado para ministrar palestras e cursos diversos, José Comblin, belga de nascimento, mas que passou a adotar o nome José na América Latina – onde viveu desde 1958 até os últimos dias da sua vida no ano de 2011, buscou contribuir para um novo jeito de ser Igreja a partir do seu olhar social direcionado aos pobres, e isto, trouxe-lhe implicações em tempos de ditadura. Mas, esta foi a tônica da sua práxis, ou seja, críticas internas de uma Igreja Católica afastada da missão evangélica e da formulação de métodos de formação que melhor se relacionavam com realidades locais, tais como fizera ao experimentar a Teologia da Enxada entre 1969-1971, no interior pernambucano (Tacaimbó-PE) e paraibano (Salgado de São Félix-PB), mas também no Seminário Rural de Talca, no Chile, em fins dos anos 1970.

Helder Pessoa Camara, bispo auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro, foi nomeado Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife em abril de 1964. Fundador da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em seu discurso de posse já demonstrou a direção das ações do seu arcebispado, ou seja, a luta contra as injustiças sociais. É neste contexto da sua recém-chegada a Recife-PE, que Dom Helder criou no ano de 1965 o Instituto de Teologia do Recife-ITER, do qual o padre Comblin fora convidado para coordenar os estudos teológicos.

Através dos relatórios produzidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e demais órgãos de informação e repressão como o DOPS, os Centros de Informações da Aeronáutica, do Exército e do Exterior, documentos estes digitalizados e disponíveis no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, objetivamos também compreender as distorções da produção intelectual que desenvolveu, fruto do contexto político vivido no país, ou seja, a ditadura militar, sobretudo a partir de narrativas destacadas na imprensa escrita que, num ambiente de ditadura a tudo se associava a ideia de subversão, especialmente contra os membros de segmentos do catolicismo que tinham posicionamentos divergentes do predominante no aparato de poder vigente.

Estudar o clero progressista em tempos a ditadura militar no Brasil, é oferecer a oportunidade de conhecermos diferentes aspectos de um passado que não queremos ver retornar. A análise que apresentamos tem também o objetivo de oferecer tal contribuição, ainda mais enriquecido quando associado à relação com setores da Igreja Católica a partir de documentos que compõem as entranhas do aparelho repressivo. Daí a relevância social do estudo ao propor a compreensão sobre como se coadunaram fé e política num universo conturbado pelas forças ditoriais que tomaram o poder na América Latina e as transformações oriundas das orientações de ordem social, sobretudo a partir da



publicação de encíclicas e/ou documentos relacionados com a doutrina social da Igreja que o catolicismo viveu a partir do alto da sua hierarquia com o Concílio Vaticano II<sup>2</sup> e que reverberou na América Latina com as Conferências Episcopais.

Dentre os autores que nos fundamentamos, estão sobretudo as perspectivas de análises estruturadas por (LÖWY, 2000), que figura dentre os pesquisadores da relação Igreja Católica e Política na América Latina, destacando, contudo, a importância do Cristianismo da Libertação, bem como os impactos da produção intelectual do Padre José Comblin, a partir da perspectiva discutida por Jean-François Sirinelli (SIRINELLI In: RÉMOND, 2003) e entendendo a análise de documentos da ditadura militar brasileira a partir de (FICO, 2004) e (GOFF, 2013).

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 Sobre as notas do documento base para a II CELAM

Não fosse a confiança do arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Camara em seu assessor, o padre José Comblin, certamente o mesmo não teria elaborado as suas famosas: *Notas sobre o documento base para a II CELAM*, e desta maneira, provavelmente não teria sofrido as perseguições motivadas sobretudo pela divulgação não autorizada e repercussão do mesmo, ao ponto de ter sido vigiado de perto constantemente até sua expulsão do Brasil em 1972.

Apresentaremos aqui o que constava em tal estudo para a partir do mesmo tentar compreender o universo de ideias do padre Comblin, pois conforme nos explica François Dosse, “por definição, o homem de ideias se deixa ler por suas publicações, não por seu cotidiano” (2009, p. 361), muito embora, ressaltarmos que a análise em questão organizada por José Comblin, foi feita para discussão interna e não para publicação, o que nos leva a crer que se tivera sido feita com o intuito de ter publicidade, alguns termos poderiam não constar.

A análise feita pelo padre Comblin, como já afirmamos, a pedido de Dom Helder Camara, para que o mesmo levasse tal reflexão para a II Conferência dos Bispos latino-americanos em Medellín-1968, estava dividida nos seguintes pontos: 1. Situação histórica latino-americana, 2. A

<sup>2</sup> O Concílio Vaticano II foi o Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal "Humanae salutis", pelo Papa João XXIII. Ele foi realizado em 4 sessões em que mais de 2 000 Prelados, convocados de todo o planeta, discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica. As suas decisões estão expressas nas 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações, elaboradas e aprovadas pelo Concílio, tendo sido concluído em dezembro de 1965, sob o papado de Paulo VI.



igreja e sua responsabilidade, 3. O problema do poder ou problema político, 4. O problema da mentalidade de desenvolvimento, 5. O problema da socialização, 6. A esperança de um futuro melhor, 7. Situação internacional e 8. Perspectivas pastorais<sup>3</sup>.

Nele – o estudo, como podemos observar a partir das questões pontuadas descritas anteriormente, há uma profunda análise histórica e sociológica da América Latina da qual se insere a Igreja Católica. Comblin trata o conhecimento da realidade histórica que dar origem a América Latina como sendo primordial para o desenvolvimento social. Um lugar que desconhece suas origens culturais, que as nega, que importa suas “raízes”, só reforça um passado colonial o cristaliza entre aristocratas e escravos. Aprender com o passado e não o desconhecer, como o próprio afirmou: “reconhecer o seu passado é o começo da sabedoria. A organização social deve partir da aceitação das qualidades e dos defeitos próprios que resultam do passado” (FLORIDI, 1973, p. 310).

Além do olhar externo, o documento representa fortes críticas internas ao catolicismo, como a sua ausência junto aos camponeses e às massas marginalizadas, afirmando que, pelo contrário, a Igreja Católica reproduzia a dominação das classes dominantes ao ser meramente assistencialista, por ser classista em seu ensino e direcionado prioritariamente às classes altas. Diz Comblin, “a igreja realiza o milagre de ser mais tradicionalista na cultura que transmite do que as próprias classes que controlam o Estado” (FLORIDI, 1973, p. 313). Sobre a estrutura eclesiástica destacou que:

Permanecem ainda fechadas aos leigos em muitos casos, principalmente aos leigos da classe baixa. Estes não têm expressão na Igreja. Não é de se admirar que o primeiro ato de emancipação da classe baixa seja muitas vezes o ato de desligar-se da Igreja para aderir a outra religião que reconheça a existência de leigos (seitas protestantes, africanas ou espíritas) (FLORIDI, 1973, p. 315).

Percebemos a análise sobre a participação dos leigos na Igreja Católica uma das premissas defendidas pelos segmentos alinhados com as reformas oriundas do Concílio Vaticano II, rejeitadas por setores mais conservadores.

O Concílio Vaticano II foi um momento importante de oxigenação da Igreja Católica. Existiram ali representadas diferentes correntes que refletiam sobre a atualização das ações da Igreja Católica em relação aos desafios do momento presente. Entre as correntes que desejavam mudanças mais significativas e àqueles que defendiam a permanência na maneira da Igreja proceder, o padre

<sup>3</sup> Para leitura do documento na íntegra, ver: FLORIDI, Ulisse Alessio. O Radicalismo Católico Brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Trad. Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Hora Presente, p. 307-330, 1973.



Comblin estava entre os que impulsionaram as modificações que se realizaram, mas que não se contentaram com as mesmas, uma vez que pretendeu um catolicismo dos pobres, para os pobres – uma Igreja Povo de Deus, dos quais estiveram presentes na análise elaborada pelo padre Comblin.

Sobre tal análise, o ponto máximo do documento elaborado pelo padre belga, e que causou mais repercussão, *O problema do poder ou problema político* – nele, destacou-se dois subtemas: conquista do poder e exercício do poder. Na primeira questão, Comblin afirma que as mudanças necessárias para o desenvolvimento não se dariam por dentro dos princípios que regem a democracia ocidental, mas só a força do Estado seria necessária para derrubar privilégios e aponta a conquista e o exercício do poder como questões centrais das suas reflexões, acrescentando que:

Seria errôneo pensar que a Igreja ou a moral condenam ações de força para conquistar o poder. [...] a igreja não condenou, mas aceitou a ação de força que fez a revolução de 1964 no Brasil, a tomada do poder pelo General De Gaulle na França em 1958 (FLORIDI, 1973, p. 317).

Acima, destaca-se a defesa do uso da força para a conquista do poder, talvez se precavendo de interpretações à esquerda, Comblin citou momentos de tomadas do poder por militares à força e os apoios que a Igreja Católica lhes deu, a exemplo do golpe de 1964. Continua tecendo críticas a Igreja Católica por ter afastado muitos cristãos da política e afirmou: “a vocação política é a mais alta. Ora, muitos acham que essa vocação é suja, e não querem sujar as mãos. Permanecem puros, mas ficam em casa. Sabe-se que o casamento é o túmulo dos revolucionários” (FLORIDI, 1973, p. 318). Desta forma, o padre recomenda a participação na política já que acredita na mesma como caminho para as reformas de benefício popular que almejava e analisa a atuação da tradição católica em defender uma perspectiva que neutraliza as lutas políticas por mudanças e a participação dos cristãos.

Quando a questão parte para o exercício do poder, o padre descreveu em seu texto como o mesmo deve ser e proceder: “o poder deve contar com uma força. Qual será essa força? Às vezes poderá contar com as forças armadas outras vezes é necessário dissolvê-las. Às vezes será necessário distribuir armas ao povo” (FLORIDI, 1973, p. 319). A repercussão desta passagem, alimentadas claro por outros pontos do documento, fizeram a imprensa que deu visibilidade às denúncias do vereador do Recife Wandenkolk, circular matérias chamando-o de subversivo, de querer implantar uma revolução na América Latina (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/06/1968), a ponto de compará-lo ao



guerrilheiro Camilo Torres<sup>4</sup>. Algumas das matérias, reproduzem o pedido de expulsão do país do padre Comblin por membros da TFP e pelo citado vereador.

Porém, houveram também matérias que reproduziram defesas do clero brasileiro em favor do padre José Comblin, negando qualquer teor subversivo do seu texto. Como por exemplo, o padre e professor da PUC-MG, Paulo Fernandes, que afirmou em no Diário de Pernambuco: “de modo nenhum não é um discípulo de Marx, mas, à luz da Populorum Progressio, quer mudanças de estrutura e mentalidade que propiciem ao povo brasileiro e latino-americano o padrão de vida condizente com a dignidade da pessoa humana” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/06/1968). O padre Paulo Fernandes ao se referir a Populorum Progressio, citou um dos documentos elaborados e publicado pelo Papa Paulo VI no ano de 1967. Em reportagem no Jornal do Comércio, Monsenhor Marcelo Carvalheira, diretor do Instituto de Teologia do Recife, afirma que: “Comblin é avesso à violência, inimigo de guerrilha e pregador do princípio de fraternidade universal [...] que o trabalho de Comblin está sendo mal interpretado por pessoas desavisadas e desconhecedoras dos estudos empreendidos” (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/06/1968).

Para Comblin, somente um poder que monta uma administração eficiente, que rompe com os privilégios tradicionais, poderá fazer a revolução social, empreendendo uma ação de promoção das massas. Tal análise, em meio ao contexto político que vivíamos no ano de 1968, foi suficiente para chamar a atenção dos órgãos de informação e repressão sobre ele, culminando na sua expulsão do Brasil em 1972.

Os primeiros registros sobre o padre Comblin entre os Centros de Informações de então são justamente no ano de 1968, após as primeiras reportagens que circularam na imprensa pernambucana após a divulgação do seu texto. Em estilo ensaísta, o conteúdo divulgado sem a permissão do autor repercutiu de tal forma que chamou para si os olhares e a perseguição do aparato repressor de então, conforme descrevemos a seguir em trecho de informação elaborada pelo Centro de Informação do Exército a partir do IV Exército/7<sup>a</sup> Região e circulada entre a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e o Departamento da Polícia Federal:

O padre Comblin começou a merecer a atenção dos serviços de segurança após a divulgação da crítica ao documento básico da II Conferência Geral do CELAM

---

<sup>4</sup> Sacerdote católico colombiano e guerrilheiro, Camilo Torres decidiu se unir ao Exército de Libertação Nacional, na guerrilha rural, abandonando seu cargo na universidade e a defesa de uma via pacífica para a resolução do conflito colombiano. Foi assassinado em seu primeiro combate no ano de 1966. Foi um precursor da Teologia da Libertação (pois ainda não existia) e um pioneiro na construção da relação entre cristãos e marxistas.



(Bogotá), que preparou a pedido de D. Hélder Câmara. Neste documento, prega a utilização da força, se necessário, para promover reformas na América Latina (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, sessão do DOPS, sob o Registro Geral 18209, Padre José Comblin. P. 46).

O documento que produz a informação citada, tem o carimbo de confidencial e foi emitido em 26 de março de 1970. A partir de então, a vida de Comblin passa a ser observada de perto pelos órgãos de segurança entre o momento de produção do referido documento e sua expulsão do país.

Com isso, a documentação produzida sobre o mencionado padre belga disposta no APEJE – setor DOPS-PE, trata-se de um relatório sobre as principais atividades que o mesmo participou entre 1968-1972, com os recortes de jornais e revistas contendo matérias relacionadas ao texto produzido para o II CELAM, depoimentos contra e a favor do documento, ataques e pedidos de expulsão. Um dos ataques vem da TFP<sup>5</sup> (Tradição, Família e Propriedade), segmento conservador do catolicismo brasileiro, que aqui citamos para demonstrar como o documento trouxe repercussões internas à Igreja Católica e sobretudo destaca tais divisões no ambiente católico de então.

Em carta direcionada a Dom Helder e publicada pelo Diário da Noite em 25 de junho de 1968, o presidente da TFP – Plínio Correia de Oliveira, classificou como subversivo o texto elaborado por Comblin, segundo o qual há um elogio ao comunismo cubano e pregação à revolução na Igreja Católica. Ressaltamos que,

A TFP – criada em 1960 por Dom Antônio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud e Plínio Corrêa de Oliveira – era uma organização com sede em São Paulo, sem fins lucrativos e possuindo como escopo a defesa de uma concepção de preceitos cristãos que encontrava seus alicerces no pensamento conservador católico (MORAES, 2023, p. 14 *apud* ZANOTTO, 2012).

Na verdade, Comblin destacou o primeiro passo a ser dado para o desenvolvimento social, qual seja: romper com as estruturas tradicionais e elitistas que mantém a relação colonizador x escravizado, de tal forma que, não trata de elogio ao comunismo cubano, mas à necessidade de um projeto de ruptura que direcionasse a América Latina para um ambiente socialmente justo. No contexto de ditadura no Brasil, a utilização de alguns termos como: Tribunal Revolucionário, armar

---

<sup>5</sup> Associação civil de âmbito nacional fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, com o apoio dos bispos dom Antônio de Castro Mayer, de Campos (RJ), e dom Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina (MG). A organização tem por objetivos combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade. A TFP inspirou-se no “integralismo”, ideologia católica, cujo princípio básico é a militância ativa em defesa do catolicismo tradicional, em oposição ao catolicismo com engajamento social. Fonte: Site da Fundação Getúlio Vargas. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>. Acesso em, 07/06/2025.

a população, revolução social etc., seriam mais do que suficiente para que se direcionassem todas as armas conservadoras presentes na sociedade brasileira e no governo contra o padre.

É importante reforçar que a TFP corresponde a um segmento do catolicismo de cunho conservador e reacionário. Estiveram sempre apoiando as ações da ditadura brasileira por mais que o governo atentasse contra o direito às liberdades e à dignidade da pessoa humana.

Incomodado com a desigualdade social e miséria presentes na América Latina, Comblin defendia, inclusive, uma reforma interna da Igreja Católica, pois, segundo o mesmo, contribuía para a permanência daquela triste realidade. Daí entra em rota de coalização direta com os bispos e padres que se beneficiavam com tal relação espúria entre igreja e poder. Por isso, a reação rápida de membros da TFP e de tantas outras dioceses espalhadas pelo Brasil, como os bispos de Diamantina e de Campos, respectivamente Dom Geraldo de Proença Sigaud e dom Antonio de Castro Mayer, que escrevem à CNBB:

O relatório de Comblin difama os srs. Bispos, aos quais acusa de incompetência, de filhotismo, de peitar o Poder Judiciário, obtendo sentenças favoráveis, mas injustas. Apresenta-os ainda como indolentes, que presenciam a miséria do povo e em vez de minorá-las, se acumpliciam com os que sugam esses miseráveis (Diário de Pernambuco, 1968).

A denúncia parte justamente do bispo de Diamantina, conhecido por defender a ditadura militar brasileira e a tortura, que pronunciou a famosa frase: depoimentos não se conseguem com bombons. Esta é outra questão das quais abordamos, além dos conflitos de segmentos católicos contra a ditadura, houveram os debates e conflitos católicos internos pautados pelos que defendiam mudanças e os contrários a ela. Isto fica evidente ao pronto manifesto de Dom Sigaud contra José Comblin.

Por outro lado, observamos como a imprensa fez questão de repercutir passo a passo todos debates e discussões envoltos ao texto criado por Comblin. Além do mais, publicou-o sem a anuência do autor, fato que ajudou ao interessado em prejudicar a imagem de Dom Helder e fortalecer o discurso conservador católico, que somados às questões políticas de então, culminaram com a perseguição e expulsão do padre belga, José Comblin.

Tratado como subversivo, revolucionário etc., o documento que serviria de base para o II CELAM, acabou sendo completamente distorcido pelos diferentes grupos conservadores brasileiros, os que estavam na igreja, na política, na mídia impressa, impregnados na sociedade. O texto prega



sim a revolução, mas social, que trouxessem mudanças na qualidade de vida dos mais pobres, cobra autocrítica da Igreja Católica e reformas que a colocasse em sintonia com o próprio Concílio Vaticano II e com os que sofrem injustiças, pois, não há nada mais bíblico do que clamar por justiça conforme está presente nas bem-aventuranças: “bem-aventurados os que tem fome e sede de justiça, porque serão fartos”. (BÍBLIA, 2014, p. 1190). Portanto, nada estava em discordância com os ensinamentos cristãos.

## 2.2 Repressão e Perseguição: tempos de ditadura no Brasil

Conforme já afirmamos, o estudo elaborado pelo padre José Comblin, sua divulgação e repercussão, chamou a atenção dos órgãos de repressão, tais como a Polícia Federal, os Centros de Informações do Exército, o Centro de Informações da Aeronáutica e o Centro de Informações do Exterior. A partir de então, devido tal produção intelectual, os serviços de informações estiveram sobre vigília constante ao padre.

A ditadura brasileira (1964-1985), criou uma rede de informações aparelhada que desse suporte às investigações em todos os espaços do território brasileiro. Para isso, aparelhou órgãos já existentes e os fortaleceu com a participação das Forças Armadas, a partir de seus Centros de Informações.

Na esfera estadual, a Secretaria de Segurança Pública através do DOPS e DOI-CODI, eram responsáveis em colher informações das Delegacias de Polícia nos municípios, tais informações eram remetidas ao Centro de Informações da Polícia Federal que acompanhavam o trabalho das Secretarias de Segurança Pública. Dependendo de cada caso, as informações tinham destinos específicos ou para mais de um Centro de Informação, sendo eles: O Centro de Informações da Marinha - CENIMAR, o Centro de Informações do Exército - CIE, o Centro de Informações da Aeronáutica – CISA, Centro de Informações do Exterior – CIEX, e as DSI dos Ministérios.

As informações sobre os "subversivos" acolhidos nos referidos centros eram repassados para o Serviço Nacional de Informações - SNI, órgão que estava abaixo apenas da presidência. Estava assim organizada, a comunidade de informações no Brasil, conforme nos explica Paulo César Gomes: "Denomina-se comunidade de informações o conjunto de órgãos de informações civis e militares então em funcionamento no período da ditadura militar" (2014, p. 98). De tal forma, as informações circulavam entre os órgãos, sendo grande parte delas produzidas sobre Comblin pela Polícia Federal,

pelo Centro de Informações da Aeronáutica e pelo Centro de Informações do Exterior, este último, diretamente ligado às investigações sobre o padre, já que o mesmo era estrangeiro e também pela Secretaria de Segurança Pública através do DOPS, que acompanhava denúncias contra José Comblin publicadas em jornais de Pernambuco, produziam relatórios sobre sua atuação e estavam em constante processo de vigilância sobre o mesmo.

A Secretaria de Segurança Pública, através do DOPS, produziu um dossiê sobre os antecedentes do padre Comblin, a partir de 1968, iniciando com denúncias que o mesmo tinha recebido do vereador Wandenkolk de pregar revolução, trazendo inclusive matéria do Jornal de Comércio, que elaborou reportagem sobre o ocorrido, seguido de relatório passo a passo, com defesas de Dom Helder, Ação Católica e outros, além de novas acusações que circularam no mencionado jornal.

Podemos perceber que, a maneira como foram criados os relatórios, a intenção era clara: a culpabilidade do padre. Outro documento que chamou nossa atenção pelo olhar diário e meticoloso, foi a produção de um histórico de informações que acompanhava e vigiava cada passo pelo padre José Comblin. Tais registros aparecem informando com data retroativa desde a sua chegada ao Brasil em 1958, conforme pudemos analisar através de histórico criado pela Polícia Federal, finalizado no ano de sua expulsão, em 1972.

Uma das últimas informações que constam no referido histórico, é um encontro entre Comblin e o bispo de Crateús Dom Fragoso, este último também constantemente vigiado pela ditadura em detrimento das suas posições sociais e por pertencer a ala progressista católica no Brasil.

Talvez a preocupação da repressão se explique no contato entre José Comblin e o bispo de Crateús, Dom Fragoso, com base num relatório do Centro de Informações da Polícia Federal, que apontava para a preocupação da organização das massas por grupos da ala progressista católica, no intuito de promover uma revolução socialista de caráter marxista. Conforme aponta Gomes, analisando o teor do relatório produzido pelo CI/DPF:

O local que havia sofrido maior influência dessas ideias era a região Nordeste, onde, segundo o mesmo órgão, bispos como dom Hélder, dom José Lamartine Soares e dom Fragoso estariam "manipulando" um grande número de padres, com o intuito de promover "campanhas antipatrióticas, subversivas e nefastas aos interesses do país (2014, p. 125).

Percebemos que a partir de 1969, atuando com base no Ato Institucional nº 5, e sobretudo para conter o posicionamento do clero católico que se tornou mais crítico e combativo devido as violações

dos direitos humanos, as relações oficiais pacíficas entre o Regime Militar e a Igreja Católica começaram a se romper. Por isso, grande parte das informações contidas sobre bispos e padres da ala progressista, intensificam-se no início da década de 1970.

Desta maneira, isso nos faz pensar num outro contexto que se formava e que acabou contribuindo para a expulsão do padre José Comblin do Brasil no ano de 1972, mas também não podemos dissociar por completo das suas produções intelectuais, especialmente das *Notas sobre o documento base da II CELAM*, uma vez que foi a partir de então, que o padre passou a merecer a atenção dos Centros de Informações da ditadura e ser vigiado constantemente.

Mesmo que o pretexto para a expulsão de Comblin tenha sido as trocas de correspondências que mantinham com um bispo considerado pela ditadura subversivo, além das expressões que ali continham, associadas ao marxismo, comunismo ou subversão, é importante destacar que o início dos anos 1970 foi marcado pela expulsão de mais de uma dezena de padres considerados persona non grata pela ditadura militar brasileira.

### 3. Considerações Finais

A ditadura militar brasileira foi implacável contra aqueles que considerou subversivo, comunista ou adversário político. O caso do padre Comblin é emblemático para percebemos algumas das características das perseguições existentes em então e o funcionamento do aparato repressor do estado.

O golpe desencadeou cerca de duas décadas de perseguições, espionagens, prisões, torturas, assassinatos e todas as formas de supressão do direito e da dignidade humana – tempos de ditadura. Como pudemos perceber, setores do catolicismo brasileiro não estiveram imunes a tal contexto, foram perseguidos, presos, exilados e assassinados. Através das notas publicadas pelo padre Comblin percebemos a culminância de tais perseguições, a partir da expulsão do sacerdote do Brasil no ano de 1972. Sem direito a levar os seus pertences, foi sumariamente proibido de desembarcar e teve retornar à Europa sob escolta

Sendo assim, a espionagem estruturada na burocracia da ditadura elaborou em relação ao padre José Comblin, a imagem de subversivo, tendo em vista que, todo aquele que destoava do perfil estabelecido, assim foi denominado. O padre Comblin, na verdade, construiu uma

análise crítica da realidade histórica da Igreja Católica na América Latina, mas ao fazê-lo, inflamou os ânimos das relações de forças dissonantes internamente no ambiente católico e fora dele, a partir do segmento político conservador e reacionário. O padre estava, tão somente, agindo conforme sua formação de teólogo das realidades terrestres e de acordo com o que acreditava, mas foi violentamente atacado pelo problema do poder político, o problema da violência e da repressão dos tempos de ditadura no Brasil.

#### 4. Referências

DOSSE, François. **A Biografia Intelectual**. In: O Desafio Biográfico: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

DREIFUSS, René A. 1964: **A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação brother sam aos anos de chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FLORIDI, Ullisse Alessio. **O Radicalismo Católico Brasileiro**: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Trad. Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Editora Hora Presente, 1973.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MORAES, Márcio André Martins de. **Desenvolvimento Socioeconômico, Igreja Católica e Anticomunismo**: o Padre Joseph Comblin e Dom Helder Câmara nos preparativos do clero de Pernambuco para a Conferência de Medellín. Revista História, USP (São Paulo), v.42, 2023.

MUGGLER, Monica Maria. **Padre José Comblin**: uma vida guiada pelo Espírito. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. **Os Intelectuais.** In: RÉMOND, René. Por Uma História Política. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

*Fontes:*

Arcebispo combate estudo de Comblin. **Diário de Pernambuco**, Recife. 04, julho 1968.

Carta de Dom Hélder da TFP classifica de subversivo o estudo de padre Comblin. **Diário da Noite**. 25, junho 1968.

Comblin já comparado ao líder guerrilheiro levita Camilo Torres. **Jornal do Comércio**, Recife. 22 junho 1968.

Monsenhor Carvalheira defende padre belga que Wandenkolk acusa. **Jornal do Comércio**, Recife. 12, junho 1968.

Padre ao lado de Comblin: documento não é subversivo. **Diário de Pernambuco**, Recife. 20, junho 1968.

ROCHA, Cláudio. Padre Comblin prega Revolução na América Latina. **O Cruzeiro**, 29, junho 1968. Vereador quer a substituição de Dom Hélder e a expulsão do padre Comblin. **Diário de Pernambuco**, Recife. 25, junho 1968, primeiro caderno, p. 03.

Artigo submetido em 25/03/2025, aceito em 08/06/2025 e publicado em 10/07/2025.